

## O QUE É QUE A MOEDA TEM? SOBRE HISTÓRIA DA MOEDA E EXPLORAÇÃO

Cesare Giuseppe Galvan  
(Universidade Federal da Paraíba)

Este texto pretende retomar alguns aspectos e conseqüências de um dado fundamental na formação da sociedade ocidental, portanto do capitalismo: a instituição da moeda como vínculo social e sua generalização tendencial. A base bibliográfica principal encontra-se nas obras de Sohn-Rethel, sobretudo *Trabalho intelectual e manual* (1989), de quem se coloca em debate a tese central sobre a relação entre moeda e trabalho intelectual, bem como um corolário importante sobre a relação entre exploração e troca.

Beberemos amplamente dessa fonte, embora a exposição - talvez por pretender tornar-se mais acessível - não inclua muitas referências literais dos escritos às vezes difíceis desse Autor.<sup>1</sup>

### 1 - Moeda, relações sociais, conhecimento

De acordo com ampla tradição de estudos históricos e antropológicos, a introdução da moeda na sociedade, ao determinar um relacionamento específico entre seus membros, dissolve progressivamente outras relações (tais como parentesco, vínculos originados de doações, etc.) e as substitui por relações mercantis, nas quais a moeda se constitui a si mesma como equivalente geral, definição a partir da qual desenvolve suas funções. Profundas são naturalmente as conseqüências dessa transformação do relacionamento humano: um aspecto dela é o próprio surgimento da economia, dos aspectos econômicos do viver social, como algo específico, distinto e até certo ponto autônomo com relação a outros aspectos da mesma sociedade.<sup>2</sup>

No entanto, aquilo que aqui se quer focalizar é uma conseqüência específica da moeda: uma articulação histórica entre o relacionamento humano monetário e o conhecimento abstrato. A tese básica de Sohn-Rethel, em sua teoria do conhecimento, é que no mundo ocidental as relações monetárias foram responsáveis pela formação daquele caráter do pensamento que levou à elaboração de leis abstratas da natureza (dotadas, como sabemos, de fortes instrumentos matemáticos). Sem entrar nos variados desenvolvimentos dessa tese, poderíamos identificar, simplificada e, alguns de seus elementos de maneira absolutamente sumária como segue.

A moeda é (mais precisamente: torna-se) uma matemática inserida na vida quotidiana dos homens, uma articulação matemática da vida, uma espécie de matemática concreta: na prática monetária, os homens exercem, portanto, um procedimento concreto de abstração, praticam a abstração da mercadoria, do valor. Com isso, eles passam a formular seu conhecimento em uma determinada forma abstrata: esta forma de conhecimento deu origem à ciência ocidental. E como o

<sup>1</sup> Para uma leitura direta dos textos de Sohn-Rethel, dispõe-se de bem pouco em tradução portuguesa. Uma tradução inglesa de *Trabalho intelectual e manual*, cuidada pelo filho do Autor, saiu em 1978 e foi vertida em 1980 para o espanhol. Cf. Bibliografia.

<sup>2</sup> Um dos sinais da ausência daquelas outras formas de relações sociais no ensino tradicional de economia é o fato de que se trata da troca como se fosse algo totalmente natural. Fora da análise marxiana, exceções são raras. Na neoclássica, exemplo quase único é Gustav CASSEL (*Economia social teorica*. Trad. Madrid, Aguilar, 1933, p.347ss.).

conhecimento abstrato é o procedimento conceptual necessário para o desenvolvimento científico, este último muito deve à prática monetária.

Poder-se-á objetar que todo e qualquer conhecimento humano sempre é abstrato, pois o homem não tem capacidade de um conhecimento total, portanto em suas noções sempre prescinde de algo, ou seja abstrai, para concentrar-se em determinados aspectos deixando outros na sombra. No entanto, na formação da ciência, não se trata propriamente da abstração neste nível de generalidade, nem de uma abstração qualquer: para alcançar o conhecimento científico, trata-se de desenvolver certos níveis bem definidos de abstração e, mais ainda, torná-los objeto de reconhecimento, de reflexão, definí-los, selecioná-los em uma articulação sistemática. Como foi que o homem (no caso em foco: a sociedade ocidental, em sua formação) se capacitou a um tal exercício sistemático do conhecimento abstrato?

A sistematicidade típica da ciência matemática da natureza foi primeiro - falando caricaturalmente - "impingida" aos homens pelo próprio processo concreto que eles mesmos introduziram em suas relações sociais, revolucionando-as: a moeda, o equivalente geral, portanto valor abstrato corporificado em um objeto material socialmente determinado e aceito. A proposta de pesquisa sobre a história da ciência e da tecnologia vai nesta direção: perseguir o percurso que vem da introdução da moeda, à sua generalização, olhando para suas implicações na formação social focalizando sobretudo as consequências dessa mesma introdução e generalização sobre o processo de formação do conhecimento na sociedade monetizada.

Em outras palavras, encontra-se na formação da sociedade ocidental um dinamismo que perpassa suas várias fases e desemboca em tempos mais recentes no capitalismo: dinamismo milenar, o relacionamento monetário entre possuidores de mercadorias é ao mesmo tempo concreto e abstrato - ou seja: nele o processo de abstração é, em primeira instância, embutido na ação concreta -. Mas tal abstração concreta traz em si mesma um potencial teórico, que vem se desenvolvendo ao gerar progressivamente vários níveis de abstração no processo de conhecimento. Falta observar que tal processo está longe de apresentar algo assim como um desenvolvimento "linear". Como veremos, já seu próprio surgimento está sujeito a determinados pressupostos.

O corpo de conhecimentos formulados assim "cientificamente", explicitados e adotados na sociedade contem em si aquilo que, muito abreviadamente, se denomina hoje de "ciência e tecnologia". Visto por outro lado, esse fenômeno (da concomitância dos desenvolvimentos monetários e científico-tecnológicos) vem a constituir o eixo da própria formação da sociedade, passando das formações sociais antigas, fundadoras, às instituições medievais (feudos, mas sobretudo cidades), que mais adiante se transformarão na formação socio-econômica capitalista. Esta não é sequer pensável sem a concomitância e articulação entre aqueles dois fenômenos: relações monetárias e ciência matemática da natureza.

## 2 - Relação histórica dinheiro - exploração

“... la libertad es inconciliable con el pan de la tierra repartido a todos porque jamás sabrán repartirlo entre sí mismos” (DOSTOYEVSKY)<sup>3</sup>

No contexto esboçado, o dinheiro constitui a generalização das equivalências entre as diversas mercadorias, corporificada no equivalente geral: ele é portanto o típico abstrato concreto, constituindo vínculo social.

Um problema surge ao se indagar *como* tais relações monetárias (“responsáveis” inclusive, no sentido mencionado, por tal progresso científico-tecnológico ...) se articulam com a exploração. Seguindo uma sugestão de Sohn-Rethel na obra citada (1989),<sup>4</sup> podemos construir - ainda que muito esquematicamente - o itinerário desse problema. Antes porém, convém dar-lhe uma formulação preliminar. Será que *relações de exploração* só podem ocorrer em dois casos? A saber:

(1) “relações diretas de domínio e servidão” (como menciona Marx, por exemplo, em *O Capital*, I, cap.I, item 4), ou então

(2) quando relações de exploração forem introduzidas pela troca de mercadorias (eventualmente, depois de tê-las parcialmente dissolvidas)?

É da história da exploração que se trata, portanto. Mais especificamente de como a sociedade chegou a desenvolvê-la embutida nas formas de relacionamento mercantil, igualitário por definição em seu próprio nível - a troca.

A aparência captada de *O Capital* em um primeiro exame de sua estrutura parece derivar esse segundo caso da forma seguinte:

de: relação básica: mercantil	→	equivalência, não exploração
para: sua generalização (capital)	→	exploração, pela troca da força de trabalho por seu equivalente no mercado

Dito de outra forma: a análise da mercadoria, com suas leis de equivalência, percorre o caminho da passagem ao capital, chegando com isso a estabelecer relações de exploração a partir de relações de equivalência. Na produção “simples” de mercadorias não haveria exploração, se seguirmos esta simplificação. A transformação social é alcançada pela introdução do processo de compra-venda da força de trabalho. Não há como fugir à capacidade demonstrativa dessas análises no nível de abstração em que elas se colocam. Mas no entanto, há sob o sol muito mais realidade ... da exploração.

Recoloquemos o problema embutido na esquematização: ao lugar do esquema acima, poderíamos simplificar ainda mais radicalmente dizendo:

### da equivalência (trocas) à exploração

Passaríamos de uma troca de equivalentes não exploradora (analisada na produção e troca “simples” de mercadorias, M - D - M) para um sistema de trocas explorador com a compra-venda da força de trabalho.

<sup>3</sup> Cit. in: Alejo CARPENTIER. *La consagración de la primavera*. 9 ed. México, Siglo XXI, 1979, p.177).

<sup>4</sup> Ver, em particular, o item 5 (“Troca de mercadorias e exploração”, p.176-195) do texto anexo à edição de 1989: “Para a liquidação crítica do apriorismo: uma pesquisa materialística” (p.153-220).

Só a título de classificação, pode-se denominar esse esquema de “resumo de Marx”. De fato, se formos seguindo a sucessão da exposição de categorias em *O Capital*, a impressão que se pode extrair é de que essa tese possui certa plausibilidade como interpretação do modo de produção capitalista. No entanto, é sempre possível que com isso estejamos olvidando o clássico chamado de atenção do mesmo Marx referente à relação entre a complexidade das categorias e seu encadeamento histórico.<sup>5</sup> Ou seja: será que o encadeamento lógico mercadoria - dinheiro - capital (cap. 1 a 4 de *O Capital*) corresponde a uma sucessão histórica tal que antes da troca com exploração (como hoje a conhecemos) tenha existido algum sistema de troca sem exploração?

De quanto segue, poder-se-ão haurir bem outras posições que se podem assumir a partir de Marx.

O problema que se coloca a este ponto é se a troca de mercadorias, em princípio, exclui a exploração, ou pelo menos ainda não a inclui. Vista mais explicitamente sob seu ângulo histórico, a questão consiste em saber se a introdução de relações mercantis se constitui como uma formação de conexões sociais entre indivíduos autônomos, em nível de igualdade, nível no qual freqüentemente aparece nas análises teóricas sobre produção e troca simples de mercadorias (M - D - M). Ou seja: será possível uma introdução do esquema M - D - M por iniciativas de indivíduos autônomos, *não sujeitos à exploração*?

É claro que uma resposta completa a tais questionamentos requereria uma sondagem histórica exaustiva, da qual não se pretende aqui dar sequer o esboço.<sup>6</sup> Nosso Autor, porém, aduz algumas razões analíticas para situar o quadro das relações mercadoria - dinheiro - capital (acima esquematizado) de forma diferente: o ponto de divergência é exatamente a exploração. Será que o fato de que o procedimento expositivo adotado em *O Capital* possa ser resumido da forma acima indicada, autoriza a concluir que as várias formas de dinheiro, “em si” (e o que é que esse “em si” teria a ver com a história concreta?) não pressupõem a exploração? E viriam a gerá-la “só” ulteriormente, através da subsunção da força de trabalho?

Uma razão para levantar a hipótese histórica contrária à simplificação que denominamos “resumo de Marx” é aquela que se pode chamar de “tese de Sohn-Rethel”. Consiste em lembrar como a relação de troca mercantil pressupõe, na sociedade, uma divisão e separação entre consumo e produção tal, que alguns consomem o que não produziram, enquanto parte da produção (como contrapartida) não se destina ao consumo dos produtores. Um dos exemplos aduzidos por Sohn-Rethel é “a economia mercantil da cidade medieval, à qual se pensa de preferência sob o título de ‘produção simples de mercadorias’”.<sup>7</sup> A uma primeira análise, a equivalência surge lá no estabelecimento da produção para a troca. No entanto, esse mesmo desenvolvimento da troca “é de fato um resultado tardio amplamente mediado do desenvolvimento ocidental da exploração e a tem como base”: só como “resultado da

<sup>5</sup> “Introdução” à *Crítica da economia política*, item 3: “O método da economia política” (MEW, v.13, p.631-639).

<sup>6</sup> Um amplo estudo sobre as origens e formação dos vários sistemas mercantis poderia certamente jogar luz sobre o problema. No entanto, aqui, isso é naturalmente inalcançável. Nem nosso Autor adentrou-se em tal tarefa.

<sup>7</sup> Op.cit., p.191.

emancipação do produtor explorado”<sup>8</sup> a produção mercantil pode significar alguma autonomia para o produtor medieval.

Mesmo quando, portanto, a produção mercantil monetizada faz parte de um movimento de liberação dos vínculos feudais (e é portanto exercício da capacidade de homens livres) ela se coloca não como forma autônoma original, e sim dentro de uma oposição à exploração tradicional. E não sem “pagar” também, por sua vez, seus tributos. No contexto o Autor lembra que, apesar da superação dos vínculos feudais, os burgueses urbanos pagam tributos ao príncipe.

Talvez se possam resumir as considerações até aqui apresentadas da forma seguinte. Segundo uma primeira visão, a introdução de relações mercantis (e seu coroamento na moeda) seria historicamente viável em uma sociedade de indivíduos livres, autônomos, não sujeitos à exploração. Sua generalização, com a mercantilização da força de trabalho, constituiria então o processo de introdução de relações de exploração em uma sociedade anteriormente (talvez até basicamente) não exploradora.

Essa outra visão do problema coloca-o na direção oposta. A própria introdução de relações mercantis, sobretudo monetárias (por “igualitárias” que apareçam em suas equivalências generalizadas), não ocorre senão no seio de uma sociedade em que já se organizou a exploração. O que as relações de equivalência podem constituir em sentido oposto, é um desenrolar-se de contradições (inclusive antagônicas) pelas quais pode gerar-se e gerar-se uma sociedade que supere as relações vigentes de exploração. Com isso (de exploração em exploração), chega-se até à colocação da possibilidade de uma superação completa da exploração. No momento - interessados como estamos em esclarecer a natureza de suas origens históricas, mais que de sua generalização - ficamos com a exploração como pressuposto da relação mercantil.

### **3 - Para uma geografia da moeda e da ciência: a exploração<sup>9</sup>**

Ambas as teses levam a definir as relações sociais dentro do quadro da relação explorador - explorado. No entanto chegam lá de forma bem distinta. Se adotarmos a posição proposta por nosso Autor (de que a relação fundamental é a exploração, a partir da qual se desenvolvem as relações de troca, a moeda e, mais adiante, o capital), então algumas de suas implicações jogam maior clareza sobre um outro caráter da história da formação do capitalismo: a expansão colonialista.

Por trás das disparidades atuais nas conexões entre as nações, está muita relação bem mais profunda, ou seja a realidade exatamente daquelas articulações de que estamos falando até aqui: relações de exploração - e sua (digamos assim) linguagem: troca, moeda, enfim capital. Tal é a realidade da exploração. Ela constitui ainda a forma do mercado mundial.

Ora, qualquer que seja o procedimento que se adote (o “resumo de Marx”, ou a tese de Sohn-Rethel) é claro que o processo em questão, a fundação do capitalismo, não pode ocorrer sem a expansão colonial. O colonialismo constitui, nesta visão, etapa necessária para a possibilidade histórica do modo capitalista de produção, ou seja para a generalização das relações mercantis-monetárias, que acabaram penetrando até no santuário da produção.

<sup>8</sup> Op.cit., p.192.

<sup>9</sup> Aqui reduzido a simples breve corolário, pois o tema que se quer focalizar é a questão preliminar exposta acima: a exploração.

A abstração-mercadoria, ao se concretizar em sua forma geral de valor no dinheiro, não conseguiu sequer começar a tornar-se aquilo que sua vocação exigia (dinheiro mundial) senão primeiro ligando os povos entre si *não* como iguais no mercado, e sim como povos sujeitos uns a outros. O colonialismo foi realizado exatamente pelas duas grandes instituições que a moeda definiu: o mercado e o estado.

O estado explorador define seus territórios (e como são "seus"! ) a partir da submissão de outros povos: é este um prerequisite básico - o caminho histórico - para desenvolver o capitalismo, cujo cerne é a subsunção do trabalho produtivo no capital, com tudo o que nele se inclui, a partir da articulação moeda - ciência, baseada na separação entre trabalho intelectual e manual. Nesse caminho encontra-se também a tão diferenciada penetração da ciência ocidental nos vários países coloniais e sua continuação após a independência política.

### **Corolário: superação**

"Hay un inconciliable desajuste entre el tiempo del Hombre y el tiempo de la Historia. Entre los cortos días de la vida y los largos, larguissimos años, del acontecer colectivo. Entre lo que se contempla hoy como realidad en gestación, próxima al alumbramiento, y lo que verán los ojos como realidad todavía incumplida, retardada, modificada, aún por hacerse, al cabo de la muerte de seis, siete, ocho calendarios, de hojas arrancadas y botadas al cesto, con lunaciones, santoral y chascarrillos" (Alejo CARPENTIER. *La consagración de la primavera*. 9. ed. México, Siglo XXI, 1979, p.83s.)

Como era de se esperar, acabamos por encontrar que na prática a teoria era outra. A ligação fundamental dos homens, a partir da introdução e uso concreto da moeda, está longe de ser igualitária - tal como no-la apresentam as análises das relações monetárias em sua própria definição. Longe disso: por trás dela (e não somente a partir de certa sua aplicação específica - compra-venda da força de trabalho), por trás dela está a exploração do homem pelo homem. O caminho, portanto, para passar dos "cortos días" do capitalismo a um "acontecer colectivo" superador da exploração não poderá ser aquele da recuperação da igualdade perdida, embutida em relações monetárias supostamente igualitárias, por serem entre equivalentes.

Uma superação da exploração poderá ocorrer tão somente pela continuação dialética do desenvolvimento das contradições que levaram do uso da moeda à formação do capitalismo: só a negação dessa negação poderá conter em si uma ultrapassagem da exploração. Neste contexto cabe lembrar que "a superação da autoalienação percorre o mesmo caminho que a autoalienação".<sup>10</sup>

Tal transformação necessita realmente da *muerte* de bem mais calendários que aqueles poeticamente calculados por Alejo Carpentier.

<sup>10</sup> MARX. *Ökonomisch-philosophische Manuskripte (1844)*. Em nota adicional a um texto do segundo Manuscrito que andou perdido (MEW, EBI, p.533).

## BIBLIOGRAFIA

- GALVAN, Cesare Giuseppe. *Estado e capital, ciência e tecnologia*. Relatório de pesquisa: CNPq proj. 304774/85-5 (RE). João Pessoa, UFPB/Mestrado em Economia, Março 1996. (Texto para Discussão nº102). 76p.
- GALVAN, Cesare Giuseppe. *Moeda e inconsciente*. João Pessoa, Mestrado em Economia, 1995 (Texto para Discussão n.85).
- GALVAN, Cesare Giuseppe. *On intellectual and manual labor: About some concepts from Sohn-Rethel*. João Pessoa, UFPB/Mestrado em Economia, Novembro 1995. (Texto para Discussão nº95). 7p.
- MARX, Karl. *Das Kapital*. Berlin, Dietz, 1977. 3v. (MEW, v.23-25)
- MARX, Karl. *Einleitung zur Kritik der politischen Ökonomie*. Berlin, Dietz, 1978, p.613-642 (MEW, v.13)
- SOHN-RETHEL, Alfred. *Geistige und körperliche Arbeit. Zur Epistemologie der abendländischen Geschichte*. Rev. und ergänzte Neuauflage. Weinheim, VCH, 1989. xi,226p. Trechos em tradução portuguesa encontram-se em *Trabalho espiritual e corporal: Para a epistemologia da história ocidental. Extratos*. Tradução e Apresentação Cesare Giuseppe Galvan. João Pessoa, UFPB, CCSA, Mestrado em Economia, maio 1995 (Texto para Discussão). Em inglês: *Intellectual and manual labour*. Londo, Macmillan, 1978. Em espanhol: *Trabajo manual y trabajo intelectual*. Bogotá. El Viejo Topo, 1980.
- SOHN-RETHEL, Alfred. *Soziologische Theorie de Erkenntnis*. Frankfurt/M, Surkamp, 1985 (edition surkamp 1218). 269p.
- SOHN-RETHEL, Alfred. *Das Geld, die bare Münze des Apriori*. Berlin, Wagenbach, 1990. 80p.